



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 19ª reunião, realizada em 26 de julho de 2018

1 Em 26 de julho de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Henri Dubois Collet e
5 o suplente Guilherme Augusto Duarte de Faria, representante da SEMAD.
6 Representantes do poder público: Juliana Pereira Cunha, da Secretaria de
7 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Túlio Almeida Lopes,
8 da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Fernando Antônio de Souza
9 Costa, da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais (SFA/MG) /
10 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Márcio Stoduto de
11 Mello, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de
12 Minas Gerais (Emater); Zenildo Eduardo Correia Soares, do Instituto Brasileiro
13 do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
14 Representantes da sociedade civil: Igor Lopes Braga, da Associação Mineira de
15 Silvicultura (AMS); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e
16 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Guilherme Gonçalves Teixeira,
17 da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
18 (Fetaemg); Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover);
19 Silvério José Coelho, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); Emílio Elias
20 Mouchrek Filho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
21 Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
22 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
23 presidente Henri Dubois Collet declarou aberta a 19ª reunião da Câmara de
24 Atividades Agrossilvipastoris. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
25 **ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Silvério José Coelho: “Bom dia a todos.
26 Silvério, da Universidade Federal de Lavras, representando o professor Lucas
27 Amaral, que é o titular desta cadeira. O professor Lucas pede, se possível, que
28 na próxima reunião ele possa apresentar o projeto Plantadores de Rios. É um
29 projeto lançado pelo Serviço Florestal Brasileiro, alinhado com o Cadastro
30 Ambiental Rural e o Programa de Regularização Ambiental, com objetivo de dar
31 restauração florestal em nascentes em todo o Brasil. A universidade, em
32 parceria com a Prefeitura Municipal de Lavras, está mapeando e realizando
33 diagnóstico de aproximadamente 2.000 nascentes no município e no entorno,
34 com a proposta de recuperar aquelas que necessitem. Então, ele pede essa
35 oportunidade de divulgar esse trabalho, inclusive como forma de incentivar
36 outras iniciativas.” Presidente Henri Dubois Collet: “Obrigado. Aprovado. Eu
37 acho que os conselheiros também, por gentileza, se quiseram se manifestar,

38 mas eu acho que é muito importante trazer essas experiências e esses
39 trabalhos todos. Então, está aprovada já para a próxima reunião.” Conselheiro
40 Antônio Eustáquio Vieira: “Só para noticiar mesmo aqui para o pessoal. Nessa
41 semana passada e está também sendo concluído nesta a instalação de duas
42 estações telemétricas automatizadas lá na Bacia do Rio Paracatu. Essas
43 estações estão sendo instaladas pelo IGAM e fazem parte de uma ação
44 implementada pelo CBH Paracatu com relação ao que aconteceu no ano
45 passado, quando foi noticiado pelos quatro cantos que o rio Paracatu ficou com
46 a bacia praticamente seca. Então, fizemos articulação junto com o IGAM e a
47 ANA, e o fato é que pelo menos duas estações estão sendo instaladas lá para
48 monitorarmos o rio e sabermos o que fazer. Porque só tem uma estação
49 automatizada no inteiro e uma régua, então, não dá para fazer gestão. E agora,
50 além dessas duas, nós estamos fazendo uma parceria com o Ministério Público,
51 que tem um recurso em caixa, para ver se instalamos mais três, na foz dos
52 grandes afluentes do Paracatu e réguas também pelo rio afora, na calha do rio,
53 para que possamos avaliar e ver o que pode ser feito. Só para ter uma ideia, no
54 rio Paracatu, no ano passado, final de setembro, quando ele secou, tem uma
55 régua que apontava que ele estava com 72 cm de água. Agora, nós estamos no
56 meio de julho para o final de julho, e essa mesma régua que estava com 72 está
57 com 1,05, sinal de que nós estamos com problema, com praticamente 30 cm de
58 água além do que tinha quando ele secou em setembro do ano passado. Então,
59 é uma situação demais preocupante. E uma das estações que está concluindo a
60 instalação hoje está no manancial que abastece a cidade. De uma cidade de
61 100 mil habitantes, 70% da água que abastece a cidade é dentro desse
62 manancial, que no ano passado secou, e a cidade teve que ficar sendo
63 abastecida com caminhão-pipa. E foi um caos porque uma cidade de 100 mil
64 habitantes com caminhão-pipa gasta 1.200 caminhões de água por dia. Tinha
65 20 caminhões tentando atender, e era uma confusão gigantesca. Embora
66 estejamos fazendo esse trabalho lá, sabemos que a situação do país é
67 catastrófica com relação a água, principalmente abastecimento público. Vamos
68 ver o que dá para fazer a partir do momento da instalação dessas estações lá.”
69 Presidente Henri Dubois Collet: “Eu acho que é importante, realmente, trazer
70 essas informações porque conseguimos ir acompanhando e vendo o que está
71 acontecendo. Obrigado.” **4) EXAME DA ATA DA 18ª REUNIÃO.** Aprovada por
72 unanimidade a ata da 18ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris,
73 realizada em 28 de junho de 2018. Votos favoráveis: Segov, Crea, Ufla, Emater,
74 Ibama, AMS, Mover e Seapa. Ausências: Seda e Faemg. Abstenções: MAPA e
75 Fetaemg. **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA**
76 **DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 5.1) João Trivellato Filho. Fazenda Itajubá.**
77 **Suinocultura (ciclo completo), bovinocultura de corte (extensivo),**
78 **silvicultura, cultivo de cana-de-açúcar sem queima, serralheria e**
79 **formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para**
80 **animais. Oratórios/MG. PA 00426/1997/005/2016. Classe 5. Apresentação:**

81 **Supram Zona da Mata.** Licença concedida por unanimidade nos termos do
82 Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, MAPA, Crea, Ufla, Emater, Ibama,
83 Fetaemg, AMS, Mover e Seapa. Ausências: Faemg e Seda. Retificada pela
84 Supram Zona da Mata a data do ofício de informações complementares:
85 14/6/2018. **5.2) Cristiano Rezende. Fazenda Rocinha. Matrícula 53.463.**
86 **Suinocultura. Uberlândia/MG. PA 33844/2016/001/2017. Classe 4 (Conforme**
87 **Lei nº. 21972/16, art. 14, inc. III, alínea “b”). Apresentação: Supram**
88 **Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Licença concedida por unanimidade nos
89 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, MAPA, Crea, Ufla, Emater,
90 Ibama, Fetaemg, AMS, Mover e Seapa. Ausências: Faemg e Seda. **Debates**
91 **que antecederam a aprovação do processo.** **Conselheiro Emílio Elias**
92 **Mouchrek Filho:** “Eu gostaria de fazer um comentário elogioso. Foi relatado aqui
93 que o empreendedor vai acelerar o processo de compostagem de dejetos
94 suínos implantando um roto acelerador, o que eu acho que é um avanço muito
95 grande. Eu gostaria de elogiar o fato de que o órgão ambiental está acreditando
96 naquilo que o empreendedor fala. Ainda não foi montado e já foi aceito como
97 certo de fazer o trabalho, e eu diria que é um avanço muito bom. Eu só gostaria
98 de perguntar – como é uma área em que eu trabalho – se é possível ter um
99 pouco mais de detalhes sobre o roto acelerador, se é uma máquina que enrola
100 o dejetos, se tem alguma cultura de bactérias ou alguma coisa assim, porque é
101 um avanço muito grande. Tem especialistas aqui, o Dr. Jadir está ali e pode
102 dizer alguma coisa, mas eu queria elogiar também o fato de que o órgão
103 ambiental está dando o devido crédito àquilo que o empreendedor informa. Ele
104 ainda não implantou, mas já está sendo considerado como tal. E eu acho isso
105 muito importante ser relatado e registrado em ata.” **Amilton Alves Filho/Supram**
106 **Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba:** “Esse rolo acelerador vai ser instalado,
107 como está escrito no parecer. Tem um projeto da BRF aqui em Uberlândia, na
108 região, e já existe em outras regiões do país onde eles atuam. E tem como
109 objetivo eliminar o uso da compostagem, eliminar geração de chorume. Ele
110 apresentou um projeto simplificado, inclusive a nota fiscal da compra, e ainda
111 não instalou porque a demanda está sendo bastante grande por parte de
112 produtores rurais que estão adquirindo esse equipamento. A princípio, o
113 processo não terá uso – eu não verifiquei, não está escrito – de microrganismo
114 para acelerar esse processo, mas ele vai ser instalado, e as informações que
115 nós temos é que vai ser bem melhor do que a própria composteira que está lá.
116 Vão tirar todas as composteiras e vão destinar os animais que venham a morrer
117 no processo produtivo para esse processo. Nós temos um projeto no parecer.
118 Se for o caso, envia para o conselheiro o projeto com os detalhes e tudo
119 direitinho para que ele possa ter mais informações.” **Conselheiro Emílio Elias**
120 **Mouchrek Filho:** “Agradecer a resposta do colega de Uberlândia e dizer que eu
121 teria o maior interesse em receber se pudesse mandar por e-mail ou por alguma
122 coisa. Eu estou à disposição e poderia até, se for o caso, ajudar a divulgar esse
123 trabalho, já que andamos pelo Estado inteiro. Muito obrigado.” **5.3) Adalberto**

124 **José Queiroz. Fazenda Fazendinha. Matrículas 603; 605; 606; 607; 608; 721;**
125 **5.704; 5.710; 8.004; 8.562; 14.476; 22.721; 26.979; 30.379; 33.052; 33.247;**
126 **44.563; 46.501 e 46.781. Criação de equinos, muares, ovinos, caprinos,**
127 **bovinos de corte e búfalos de corte (confinados). Frutal/MG. PA**
128 **27881/2014/001/2014. Classe 5. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e**
129 **Alto Paranaíba.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer
130 Único. Votos favoráveis: Segov, MAPA, Crea, Ufla, Emater, Ibama, Fetaemg,
131 AMS, Mover e Seapa. Ausências: Faemg e Seda. **Debates que antecederam a**
132 **aprovação do processo.** Conselheiro Silvério José Coelho: “Eu queria um
133 esclarecimento, na página 6, sobre as intervenções em áreas de preservação
134 permanente caracterizadas pela Lei Estadual nº 20.922/2013 como ocupações
135 consolidadas (barramento, estrada, captações em nascente, captação via roda
136 d’água e residência). E cita que ‘para os efeitos desta lei, entende-se por
137 ocupação antrópica consolidada em área urbana o uso alternativo do solo em
138 área de preservação permanente’. A minha dúvida é aplicação de uma lei
139 urbana no meio rural. Eu não sei se entendi bem, mas foi a leitura que eu fiz
140 aqui. Cita o artigo 2º, parágrafo 3º e o artigo 17: ‘Será respeitada a ocupação
141 antrópica consolidada em área urbana atendidas as recomendações técnicas do
142 poder público’. Mas eu entendi que o processo todo é no meio rural. Eu tenho
143 essa dúvida e gostaria de esclarecimento. Outra questão que eu gostaria de
144 ponderar – na vez anterior eu vi aqui – é a questão de erros de português. Nós
145 estamos em uma instância máxima de meio ambiente, e eu vejo muitos erros de
146 português aqui. Eu acho que poderia ser exigido um pouco mais de atenção,
147 porque são erros básicos, inclusive de concordância verbal. Poderia ter uma
148 exigência maior nesse sentido.” Presidente Henri Dubois Collet: “Ok, professor
149 Silvério, nós vamos fazer essa recomendação de revisão dos textos, o que eu
150 acho que é muito importante.” Amilton Alves Filho/Supram Triângulo Mineiro e
151 Alto Paranaíba: “Realmente, você tem toda a razão, o artigo da lei está errado.
152 É o artigo 16. Nós vamos providenciar a correção, conforme está na Lei
153 20.922/2013. Em relação aos erros de concordância etc., eu acho que
154 realmente nós temos que melhorar e procurar escrever de forma melhor e de
155 forma bem objetiva e clara, para que possa atender o que está na nossa
156 gramática da língua portuguesa. Obrigado pelas observações, e vamos
157 providenciar a correção, como solicitado, se for o caso, até enviando a cópia
158 para que o senhor possa apreciar com mais detalhes.” Presidente Henri Dubois
159 Collet: “Eu acho que é importante mesmo registrar essas alterações para que o
160 documento já venha com a devida revisão.” **5.4) José Análio Neto. Granja**
161 **Santa Mônica. Avicultura de postura. Passa Quatro/MG. PA**
162 **12852/2008/002/2017. Classe 5. Apresentação: Supram Sul de Minas.**
163 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
164 favoráveis: Segov, MAPA, Crea, Ufla, Emater, Ibama, Fetaemg, AMS, Mover e
165 Seapa. Ausências: Faemg e Seda. **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**

166 **EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA / AMPLIAÇÃO. 6.1)**
167 **Itaiquara Alimentos S/A. Culturas anuais, semiperenes e perenes,**
168 **silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, fabricação de**
169 **fermentos e leveduras, canalização e/ou retificação de curso d'água.**
170 **Passos/MG. PA 17088/2014/001/2015. Classe 4 (Conforme Lei nº 21972/16,**
171 **artigo 14, inciso III, alínea “b”). Apresentação: Supram Sul de Minas.**
172 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
173 favoráveis: Segov, MAPA, Crea, Ufla, Emater, Faemg, Ibama, Fetaemg, AMS,
174 Mover e Seapa. Ausência: Seda. **Debates que antecederam a aprovação do**
175 **processo.** Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa: “No item 3, na
176 descrição das condicionantes, colocou ‘apresentar comprovação da retificação
177 do Cadastro Ambiental Rural unificando todas as matrículas contíguas
178 pertencentes à Itaiquara Alimentos’. Eu gostaria de saber se o sistema está
179 permitindo que o interessado faça essa retificação.” Anderson Ramiro de
180 Siqueira/Supram Sul de Minas: “A condicionante foi imposta em razão da
181 própria Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente 02/2014, em que
182 determina que todas as propriedades contíguas que forem de mesmo
183 proprietário façam a sua inscrição levando em consideração todas elas
184 envolvidas. Nesse sentido, a equipe técnica identificou que tem algumas
185 propriedades que são contíguas e pertencentes ao mesmo proprietário e que
186 foram apresentadas as inscrições no CAR de uma maneira fragmentada, o que
187 não é a orientação traçada pela instrução de serviço. De fato, nós não temos
188 informação de que o CAR está permitindo as certificações que sejam feitas. Por
189 tal razão, nós não inserimos como informação complementar para que ela fosse
190 feita antes da proposta de conclusão nesta Câmara. Assim foi colocada como
191 condicionante para que seja feita assim que o sistema proporcionar. A gestão é
192 feita pelo próprio IEF. Eu não sei se o IEF tem a informação com maior precisão
193 da possibilidade de estarem sendo feitas já certificações no sistema, já que o
194 módulo aprovação está em fase final de conclusão pelo órgão.” Presidente
195 Henri Dubois Collet: “O que nós podemos esclarecer é que realmente estamos
196 com esse processo ainda em construção e estamos conseguindo desenvolver à
197 medida que migramos para o sistema nacional, para o Sicar nacional. Eu não
198 tenho como te precisar de imediato, mas podemos fazer essa verificação e
199 trazer em outra oportunidade. Eu não sei se prejudica a análise ou aprovação.
200 Eu entendo que não prejudica, mas posso trazer esse esclarecimento na
201 próxima reunião.” Conselheiro Guilherme Gonçalves Teixeira: “Há uns 15 dias,
202 eu consegui entrar e fazer a retificação, o CAR, só que o mapa que está
203 disponível lá – não sei se foi o fim do convênio – está muito ruim. Tem que usar
204 outros mecanismos, tem que puxar do Google Earth e tal para fazer a
205 retificação, as mudanças ou o próprio CAR, porque o mapa que está disponível
206 no sistema está muito ruim, com visualização muito ruim das imagens. Mas está
207 sendo permitido, sim.” Anderson Ramiro de Siqueira/Supram Sul de Minas: “Até
208 para complementar a resposta no que foi indagado pelo senhor presidente, não

209 impede, em momento algum, a concessão da licença. Inclusive, até a
210 condicionante foi imposta com 24 meses para ser cumprida, já prevendo a
211 estabilidade completa e a conclusão do processo que o próprio IEF está
212 trabalhando para poder finalizar o módulo de aprovação do CAR.” Conselheira
213 Juliana Pereira Cunha: “Só porque o Tonhão falou do rio Paracatu, eu me
214 lembrei aqui em relação ao ZAP. O secretário Amarildo fala muito, e realmente
215 precisamos divulgar mais essa metodologia. Se o senhor conhece e se, por
216 acaso, já pensaram em fazer nas sub-bacias e tudo mais. Porque dá uma
217 avaliação preliminar. Talvez o monitoramento seja importante, mas o ZAP
218 consiga observar exatamente onde se deve atacar para melhorar a qualidade e
219 a produção de água e tudo mais.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Nós
220 temos informação de que o pessoal da Irriganor, uma associação nova que
221 existe lá hoje com grandes irrigantes da região, está trabalhando nesse sentido
222 que você falou a respeito do ZAP. Inclusive, parece que já apresentaram um
223 trabalho que foi feito na região de Bonfinópolis. Eles estão começando agora a
224 levar isso, inclusive na bacia do Santa Isabel, que é a bacia que abastece a
225 cidade. Nós temos até uma reunião amanhã, 8h30, com o Sebrae, que está
226 propondo ajudar a questão do ZAP lá, patrocinando. Esse trabalho está sendo
227 feito lá na região. Mas, aos poucos, estão tocando para frente.” Conselheira
228 Juliana Pereira Cunha: “Senhor presidente, eu acredito que não são todos os
229 conselheiros que conhecem o ZAP. Propor uma apresentação aqui também na
230 Câmara. É uma metodologia extremamente importante, que é feita pela Seapa e
231 a SEMAD, e eu acredito que podemos difundi-la mais e aproveitar para aplicar
232 mais em todo o Estado. Onde já foi feito o ZAP, ele está na IDE. Se os senhores
233 quiserem olhar aonde já tem essa metodologia, aonde já foi feito em algumas
234 sub-bacias, tem na Infraestrutura de Dados Espaciais, no site. Se colocarem
235 ‘Zoneamento Ambiental e Produtivo’, os senhores vão achar. É bem
236 interessante. Aí eu peço ao presidente uma oportunidade para apresentamos
237 aqui também na Câmara, por favor.” Presidente Henri Dubois Collet: “Fica
238 aprovada para a próxima reunião essa apresentação.” Conselheiro Fernando
239 Antônio de Souza Costa: “Voltando ao processo da Itaquara Alimentos, aqui
240 está constando que: ‘No item 7 deste parecer, foram explicitados os impactos
241 ambientais negativos que a atividade de processamento de subprodutos de
242 origem animal para produção de sebo, óleos e farinha ocasiona no meio
243 ambiente’. Quando eu fui ver o processo, eu vi que o item 7 trata de reserva
244 legal. Eu estou errado ou esse item está mudado? O que você pode me falar?”
245 Anderson Ramiro de Siqueira/Supram Sul de Minas: “Pedindo desculpa,
246 conselheiro. De fato, é um erro material. Os impactos estão previstos no item 5,
247 onde estão estabelecidos os impactos trazidos pela atividade, bem como a
248 indicação das medidas de controle obrigatórias. Pedimos desculpa pelo erro
249 grafado no controle processual.” Conselheiro Fernando Antônio de Souza
250 Costa: “Ok. Eu vou verificar. Eu não vi a descrição desses itens no processo. Eu
251 vou verificar novamente, no item 5, essa descrição dos impactos negativos.” 7)

252 **ENCERRAMENTO.** Conselheiro Igor Lopes Braga: “Bom dia a todos,
253 novamente. Nós temos discutido muito aqui nas últimas reuniões sobre a
254 questão da implantação do Sinaflor. Eu até parableno também o IEF pelo
255 esforço que está fazendo para conseguir implantar o sistema. Eu gostaria de
256 saber se tem alguma atualização sobre as customizações e se, no prazo
257 correto, as customizações vão estar alinhadas com a legislação aqui em Minas
258 Gerais e vão estar prontas para o pleno uso por parte dos usuários.” Presidente
259 Henri Dubois Collet: “Com certeza, tem aquela questão do prazo da
260 customização que está sendo feita, e a proposta é que, na próxima reunião, já
261 tragamos novamente novas informações e atualização de como estará esse
262 sistema, porque também a nossa esperança é que isso saia com bastante
263 rapidez. Nós precisamos dele realmente todo funcionando, completo. Nós
264 sabemos que vai ter uma fase ainda – talvez até o final do ano – de alguns
265 ajustes em função dessas novas customizações, mas já também reafirmando
266 que os balcões estão abertos para que não haja solução de continuidade, para
267 que não tenhamos problema nesse percurso e que possamos atender todos. E
268 qualquer problema que tiver não deixem de nos comunicar até que o sistema
269 Sinaflor esteja novamente implantado e funcionando.” Conselheira Ana Paula
270 Bicalho de Mello: “Bom dia a todos. O Igor lembrou bem essa questão do
271 Sinaflor. Eu gostaria só de reforçar, Henri, nós estamos tentando marcar uma
272 reunião com vocês, com a Daniela e com você, sobre essa questão do Sinaflor,
273 porque nós temos sido muito demandados e não estamos a par do que já foi
274 feito, das últimas notícias, entre aquele treinamento que teve e agora. Não
275 estamos sabendo informar quais as capacitações que foram feitas no interior,
276 quem são as pessoas que estão aptas a fazer atendimento. Está chegando
277 muita demanda, e nós queríamos realmente uma atualização dessas
278 informações. Então, eu reitero a solicitação feita por essa reunião, que pode ser
279 na Faemg, pode ser na Cidade Administrativa. Mas estamos precisando para
280 dar atendimento às nossas demandas que estão chegando lá. E eu até gostaria
281 de aproveitar aqui a CAP e trazer um fato que eu achei muito surpreendente,
282 ontem à noite, na reunião discutindo aquela questão de nascente e revitalização
283 de nascente. Foi considerada alteração de regime de curso d’água você pegar
284 uma nascente que está assoreada, totalmente assoreada ou quase totalmente
285 assoreada, e voltar uma nascente morta ou quase totalmente morta à vida. Aqui
286 é a CAP, vocês têm mais elementos para dizer do que até o pessoal que estava
287 na CNR, mas, pela Faemg, eu só categórica: não é alteração de regime de
288 curso d’água pegar uma nascente que está morta ou quase morta e trazer sua
289 vazão de volta à vida. Para mim, alteração de regime de curso d’água é um
290 barramento, uma coisa que realmente altere o regime natural daquele curso
291 d’água. Então, só para trazer essa informação aqui. Ontem, até pela hora
292 adiantada, 9h da noite – nem me lembro que hora que era –, todo mundo
293 cansado, a coisa passou, não deu muito para ficar batendo nesse ponto, mas é
294 um assunto que eu acho que é muito pertinente para ser discutido e para ser

295 levado, internamente também, à SEMAD.” Presidente Henri Dubois Collet:
296 “Obrigado, nós vamos fazer o registro, e será encaminhado para a SEMAD.
297 Com relação a essa questão da apresentação, eu já tenho, insistentemente até,
298 pedido para o Carlos Alberto. Inclusive, na reunião que tivemos na segunda-
299 feira, eu pedi que ele agendasse a reunião, e ele ficou, nesta semana, de me
300 dar retorno. Ele falou ‘nesta semana, não dá, mas eu trago uma notícia de onde
301 vamos fazer a reunião. Nós estamos à disposição. Se for necessário na Cidade
302 Administrativa, nós estamos à disposição para fazer lá. Mas, se for também na
303 Faeng, teremos o maior prazer de estar presente e de levar a equipe toda para
304 fazer os esclarecimentos.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Na
305 realidade, eu mesma que estou solicitando a reunião. Eu pediria que não fosse
306 no dia 30. Não sendo no dia 30, podemos marcar de acordo com a agenda de
307 vocês.” Presidente Henri Dubois Collet: “Então, eu vou marcar nesta semana e
308 aviso. Darei o retorno disso hoje ainda.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira:
309 “Quanto a essa fala da Ana Paula, eu gosto desse tipo de debate porque desde
310 criança eu convivo com isso. E eu concordo com o que aconteceu. Porque todo
311 corpo d’água tem uma vida, tem um mundo ali dentro, então, tem que saber o
312 que você está fazendo. E é por isso que o projeto nosso de proteção de
313 nascentes e veredas é só o cercamento. Nem nós entramos para ficar mexendo
314 lá dentro da nascente, porque é uma área extremamente sensível. Teve uma
315 vez que nós vimos uma vereda no centro da cidade de Paracatu que foi
316 assoreada por causa de um loteamento. Nós entramos na Justiça contra a
317 Igreja Católica. O Estado interveio. Foi naquela época daquela Campanha da
318 Fraternidade intitulada ‘Água: fonte de vida’. Inclusive, nós mandamos as fotos
319 do Hiram Firmino, da ‘Revista Ecológica’. Na época, era ‘JB Ecológico’, que
320 colocou na frente da revista falando sobre a Campanha da Fraternidade ‘Água:
321 fonte de vida’. Na capa da revista estava: ‘Quando poluir é pecado’. Na hora em
322 que você abria a revista, estava lá a foto da vereda. A igreja liberou o
323 loteamento, e estava lá o subtítulo: ‘Quando o pecado vem da igreja’. Esse
324 negócio deu uma polêmica danada em Paracatu. Aí nós fomos fazer estudos e
325 pesquisas. Conclusão, a sugestão que tivemos foi: deixa a vereda quieta que a
326 natureza vai fazendo a coisa acontecer. É por isso que nós não defendemos
327 plantio de muda. Estamos, constantemente, nas reuniões, falando que plantar
328 10, 20, 30 mudas é fácil, mas plantar 10 mil, 5 mil, não sei quantos mil é
329 complicado, ainda mais nesse ambiente nosso. Então, eu acho que nessa
330 questão de nascente tem que ser definida uma questão técnica ao extremo,
331 para que não tenha intervenção de qualquer maneira, essas intervenções que
332 temos acompanhado. Eu concordo plenamente. Da mesma maneira que eu já
333 falei inúmeras vezes aqui a respeito de construção e manutenção de estradas
334 rurais, que nós temos técnica, mas não tem norma no Brasil. Então, o prefeito
335 faz o que quer na hora que quer, do jeito que quer, o produtor rural pega a
336 patrola e sai passando na propriedade dele. E nós temos as informações que eu
337 já mostrei várias vezes aqui, inclusive de especialista da Ufla, que apontaram

338 que 72% das mortes de corpos d'água são causadas pelas estradas. Então, eu
339 acho, Ana Paula, com todo respeito e carinho que eu tenho pelo pessoal da
340 Faeng, que isso tem que ser debatido mesmo, com muito critério, porque nós,
341 inclusive, já desassoreamos um açude em Paracatu, em 1998/99, com a
342 dragline, mantendo o açude intacto. Nós entramos com a dragline de fora,
343 tiramos 60 mil m³ de entulho que estavam dentro do açude, e agora, esses dias
344 atrás, a Prefeitura de Paracatu foi a esse mesmo açude, drenou, e o Estado foi
345 lá e lascou uma multa pesada no pessoal, porque eles acabaram com a vida do
346 açude. E é aonde é um parque hoje na cidade. Então, eu acho que vai chegar
347 um dia em que nós vamos entender isso com mais tranquilidade para tomar a
348 providência que tem que ser tomada. Nessa questão de nascente, eu posso
349 afirmar para você o seguinte: nós temos uma experiência muito grande, embora
350 sejamos uma simples entidade ambientalista lá no Noroeste de Minas que está
351 escondida e que muita gente nem sabe que existe. Estamos prontos para
352 contribuir e levar as informações em cima da experiência que a vida nos trouxe.”
353 Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Eu sei que essa iniciativa e essa
354 experiência do conselheiro Tonhão são louváveis. Ele tem muita experiência de
355 estrada e de vida nessa área e muitos bons exemplos. Eu queria só fazer esse
356 aparte para não ficar parecendo que essa técnica que temos utilizado veio do
357 nada, veio sem respaldo e sem técnica. Nós fizemos um seminário para discutir
358 essa técnica, trouxemos o IEF, o IGAM, a SEMAD. Dentre as pessoas da
359 SEMAD, havia, inclusive, a pessoa responsável pela fiscalização. Trouxemos a
360 Polícia Militar de Meio Ambiente, trouxemos três grandes acadêmicos,
361 experientes nessa área, da Universidade Federal de Viçosa. Trouxemos a
362 secretária de Meio Ambiente lá do Paraná, porque lá no Paraná essa técnica já
363 é utilizada, há muitos anos, dentro do Cultivando Água Boa. Trouxemos o Jair
364 Kotz, que na época era ainda do ‘Cultivando Água Boa’. E não satisfeitos, no
365 ano seguinte, trouxemos mais acadêmicos para tratar sobre esse assunto.
366 Então, não foi uma coisa tirada da cachola, não foi uma coisa feita sem pensar,
367 sem fundamentação técnica. Teve todo o respaldo dessas pessoas que são os
368 ‘papas’ nessa área. Teve professor que até capacitou o pessoal do Ibama.
369 Então, só para não ficar parecendo que trouxemos isso do nada. Isso não
370 desmerece, em momento algum, Tonhão, a sua experiência, e a forma que você
371 tem feito não desmerece outras metodologias e outras experiências. Eu acho
372 que tudo é válido. Mas só para dizer que tem todo o respaldo da academia e
373 dos órgãos ambientais também.” Conselheiro Fernando Antônio de Souza
374 Costa: “Ana Paula, eu só queria entender o seguinte. Nessa reunião de ontem,
375 o que ficou colocado é impeditivo para avançar nessa questão de
376 desentupimentos de olhos d'água e nascentes?” Conselheira Ana Paula Bicalho
377 de Mello: “Da forma que ficou, não é impeditivo do ponto de vista técnico. Na
378 realidade, não concordamos com o fato de trazer talvez um pedido de outorga,
379 pelo fato de que houve o entendimento de que altera o regime do curso d'água,
380 de uma nascente morta para, de repente, uma nascente viva. Na realidade, o

381 que defendemos é que os procedimentos que são feitos para melhorar a
382 questão ambiental, ainda por cima de forma voluntária, não tem que ser
383 travados e burocratizados, tem que ser incentivados, sob o risco de não ter mais
384 esse tipo de procedimento e de qualquer questão ambiental vir só via comando
385 e controle no licenciamento ambiental. No caso específico, se esse
386 procedimento, eventualmente, for dispensado de autorização, dispensado de
387 custos propriamente ditos, ele vai continuar sendo feito. Caso contrário, até o
388 próprio custo do vira um impeditivo. Porque, quando falamos da extensão
389 ambiental, os órgãos que fazem extensão ambiental – igual extensão rural
390 também, a Emater –, não há cobrança do produtor rural. O objeto do Senar, por
391 exemplo, não permite a cobrança ao produtor rural. Os órgãos do Sistema S
392 são diferentes, não são todos iguais, mas, no caso do Senar, não é permitida a
393 cobrança do produtor rural. Qualquer custo agregado a esse procedimento
394 recairia sobre o Senar. Então, de certa forma, no nosso caso, seria um
395 impeditivo, sim, mas existe uma possibilidade, uma conversa aberta para que
396 isso – ficou muito claro na ata, ontem – seja objeto de uma dispensa. Nós temos
397 que ver como isso vai caminhar, na verdade.” Conselheiro Fernando Antônio de
398 Souza Costa: “Eu acho que esse debate deve continuar e que a Faemg deve
399 incentivar esse debate porque, nessa questão de mudanças climáticas que
400 vivemos, a questão da água para o processo produtivo agropecuário é decisiva.
401 Você não vai encontrar planta resistente à falta d’água, vai encontrar algumas
402 plantas tolerantes. Então, nós entendemos que esse debate tem que ser
403 evoluído para chegarmos a uma solução que seja prática, que não deixe o
404 produtor em uma situação de vulnerabilidade jurídica, e que consigamos
405 produzir água. Nós precisamos produzir água no meio rural para viabilizar o
406 setor agropecuário de Minas Gerais. Isso é uma clareza muito grande do
407 Ministério da Agricultura frente a esse tema. E, no que precisar de nós,
408 estaremos à disposição para apoiar todo trabalho que venha produzir água.”
409 Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “Senhor presidente, conselheira Ana
410 Paula, conselheiro Antônio. Senhor presidente, eu queria mencionar um fato
411 interessante aqui. Eu venho acompanhando o trabalho chamado ‘Nascentes’
412 que a Faemg faz há muito tempo, os cursos que o Senar ministrou. O trabalho
413 todo do Senar que vem sendo feito nós temos acompanhado. E eu cheguei a
414 propor ao Conselho Federal de Engenharia, através da Confederação Nacional
415 dos Engenheiros Agrônomos, que esse assunto se tornasse um programa
416 nacional, a partir do trabalho desenvolvido aqui pela Faemg, que eu acompanho
417 há muito tempo, o trabalho de campo, principalmente. E eu pretendo levar à
418 frente porque foi muito bem aceito. Tem muitos Estados, no Nordeste
419 principalmente, onde isso vai ser de uma valia muito grande. E eu penso como o
420 Fernando pensa. E queria também dizer o seguinte. Esse é o meu ponto de
421 vista particular. Até agora foi o do Crea. O meu ponto de vista particular é que,
422 havendo uma alteração –peço perdão para o meu amigo Tonhão –, será uma
423 alteração positiva desse curso d’água, porque vai dar mais volume, vai dar mais

424 vazão, vai dar mais opção, vai dar mais uma série de coisas, no meu modesto
425 modo de ver. Porque, se não for assim, eu vou ter dificuldade para voltar a
426 convencer o Conselho Federal de Engenharia de que isso é um bom projeto
427 para chamamento público. E estamos conseguindo com que, até agora, quase
428 todos os Estados do Brasil estejam de acordo com esse tipo de proposta.
429 Então, eu queria receber uma orientação aqui para ver se continuo ou não. De
430 toda forma, eu, particularmente, acredito que, havendo uma alteração de curso,
431 é uma alteração positiva, no meu modesto modo de ver.” Conselheira Juliana
432 Pereira Cunha: “Só complementando o que a Ana Paula disse, na verdade,
433 ontem, nós aprovamos uma deliberação normativa que regulamenta a questão
434 do baixo impacto, além das hipóteses já previstas no Código Florestal. Então,
435 apesar de concordar com a Faemg e, principalmente, com o que o conselheiro
436 do MAPA disse da questão das mudanças climáticas, já foi um avanço porque,
437 antes, não tinha nem regulamentação, ficava no limbo essa situação. Então,
438 pelo menos, agora temos a chance de fazer essa autorização legalmente. Ainda
439 é um caminho que precisa de muita discussão, a meu ver, como os senhores
440 muito bem colocaram, mas acredito que já foi um primeiro avanço sobre a
441 questão.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Primeiro, eu quero dizer,
442 grande amigo Emílio, que boa-vontade eu acho que muitas vezes não significa
443 positividade. Muitas vezes, temos boa-vontade, mas não resolve. E eu acho
444 que, se quisermos realmente o bem, nós temos que buscar informações para
445 tudo quanto é canto. Eu, normalmente, participo de colegiados, já participei do
446 Conama, sei tudo, e toda vez eu ouço: a academia está junto, o Estado está
447 junto. É interessante. Aí eu pergunto para o companheiro da Fetaemg: e aquele
448 cidadão barranqueiro, quando virá para dar as suas informações? E o mateiro, o
449 barranqueiro? Que pode dar informações diferenciadas, que são fundamentais
450 para nós. Então, eu acho que nós temos que procurar essas pessoas. Eu estou
451 disposto a ajudar, porque nós estamos em uma região que ainda tem alguma
452 coisa diferente, que é o Noroeste de Minas, e eu acho que tem cidadãos que
453 podem contribuir. Eu lembro, de um tempo atrás, logo quando nós começamos
454 fazer as primeiras expedições no rio Paracatu, ficando impressionados ao ver o
455 desbarrancamento do rio. Falavam que era o desmatamento, mas se chegava a
456 área lá que tinha 100 m de mata ciliar e estava caindo barranco. Conversando
457 com o camarada lá, analfabeto – nem Mobral ele fez –, ele falava o seguinte:
458 ‘Eu lembro que, quando começaram as voadeiras nos rios, começaram a cair os
459 barrancos. A gente estava de noite, passava grupo de pescador aqui com as
460 voadeiras, escutava o barranco caindo dentro do rio, por causa das voadeiras’.
461 E ninguém levava isso em conta, colocava a culpa, vamos dizer, no
462 desmatamento que teve na mata ciliar. Eu não estou dizendo que retirar a mata
463 ciliar não é prejudicial. Mas essa informação de base nós temos que tentar
464 resgatar. Eu acho que o Estado tinha que ir atrás desse cidadão para pegar a
465 experiência dele. Tinha uma nascente na propriedade, que teve água no
466 passado, e o gado, na época de chuva, ficava na lama. Não tinha água para

467 nada. Nós apresentamos projeto de proteção da área dele e cercamos. Ele viu
468 que o olho d'água começou a surgir. E o que ele fez? Está criando uma vereda
469 artificial nessa área. O pessoal tem que ver o que esse cara fez, alguém tem
470 que ir lá ver. É analfabeto também. Hoje ele tem setenta e tantos anos. O que
471 ele fez? Ele começou a plantar buritis, e os buritis já estão com 6 m de altura,
472 dentro da área. Você vai lá, em uma área que era seca, hoje você anda lá e, na
473 hora que você pisa nela, afunda até quase um joelho. Então, está formando um
474 ambiente que é uma vereda artificial. Isso é visão de um cidadão que está ali no
475 campo, lá no cafundó do Judas. Então, eu acho que nós temos que tentar
476 buscar isso. Eu não estou, com isso, dizendo que a iniciativa da Faemg está
477 errada. De jeito nenhum. Inclusive, eles me entregaram o material em uma das
478 reuniões aqui, eu olhei, estudei muito e acho que tem muita coisa com
479 fundamento. Mas eu acho que, se conseguirmos juntar isso tudo com essa
480 cultura do mateiro, do roceiro lá, nós podemos conseguir alguma coisa que
481 pode contribuir com essa ação que a Faemg está propondo. Eu acho que é
482 bacana e estou disposto a ajudar no que precisar. Nós podíamos, inclusive,
483 presidente, se for possível, um dia desses, podemos tentar documentar essa
484 história lá de Paracatu, dessa vereda artificial, e trazer esse cara um dia que eu
485 vier, trazer esse velho aqui, para ele contar, no linguajar dele: 'Eu fiz isso, fiz
486 isso'. Contar para o povo. Para ver que tem alternativas interessantes
487 acontecendo e que podem colaborar conosco." Presidente Henri Dubois Collet:
488 "Obrigado, Tonhão. Eu acho que é importante, realmente, essa contribuição da
489 prática do dia a dia. Eu acho que é importante colher essas informações e, às
490 vezes, até preparar uma apresentação com fotos. Eu acho que é muito
491 interessante. E acho que é importante trazer também, em uma oportunidade.
492 Assim que você tiver, submeta aqui aos conselheiros, e nós podemos trazer
493 essa apresentação em um momento da nossa reunião aqui. Então, muito
494 obrigado. Eu quero agradecer a todos o trabalho de hoje." Conselheiro
495 Guilherme Gonçalves Teixeira: "Nós também concordamos que esse
496 conhecimento empírico, esse conhecimento de campo, esse conhecimento
497 prático é importante e, às vezes, é deixado de lado. Na nossa opinião, o Estado
498 deveria fazer um levantamento, catalogar, fazer um algum tipo de trabalho para
499 não deixar isso se perder ao longo do tempo. É claro que não podemos também
500 deixar de lado o conhecimento científico. E, se aliar as duas coisas, se
501 consegue validar uma situação prática e transformá-la e um conhecimento
502 científico, que de repente pode massificar essa informação e direcionar essa
503 técnica para diversos ecossistemas." Não havendo outros assuntos a serem
504 tratados, o presidente Henri Dubois Collet agradeceu a presença de todos e
505 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

506
507
508
509

APROVAÇÃO DA ATA

510
511
512
513
514

Henri Dubois Collet
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris